

BC: "quarentena para as estatais"

*Deuda
fol
28 AGO 1985*

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

Diante do recente entendimento fechado em Nova York com os representantes do comitê assessor da dívida externa brasileira, em torno da prorrogação por 140 dias da vigência da fase 2, o diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, acredita que o governo terá prazo suficiente para examinar com cuidado todos os pontos envolvidos na questão do acordo externo. Nesta linha, vê como forte possibilidade a retomada formal da renegociação da dívida, referente à fase 3 de reescalonamento plurianual por dezesseis anos, logo no início de janeiro.

Apesar de o governo não ter conseguido o almejado prazo de 180 dias na extensão das linhas de curto prazo, Freitas considera proveitosas as conversas desenvolvidas com os credores: "Tivemos a oportunidade de estabelecer acordos e ajustes que preservam os interesses de ambas as partes", adiantou a este jornal, na sexta-feira,

de volta a seu gabinete, em Brasília.

No rol dos acordos e ajustes, o diretor do Banco Central destaca o entendimento em torno da questão do "relending" — reempréstimo interno dos recursos que estão internados no Banco Central, referentes à entrada de dinheiro novo no ano passado e ao reescalonamento das amortizações.

Os bancos credores vinham pressionando pela abertura do mecanismo para as amortizações de 1985, que estão congeladas no Banco Central, à espera de que seja fechado o acordo plurianual — cuja fase de consolidação atinge o período de 1985 a 1991. O Banco Central, no entanto, contra-argumentou que a medida seria inapropriada justamente porque, na prática, representaria a vigência de um aspecto tido como dos mais importantes no pacote do esquema plurianual para pagamento da dívida externa.

Assim, os bancos credores acabaram sendo contemplados apenas com a aquiescência do governo

brasileiro em estender o "relending" da fase 2 — que se encerraria no próximo dia 30 de setembro — para o dia 17 de fevereiro do ano que vem.

E com uma restrição: só será permitido aos bancos fazer estes empréstimos ao setor privado, uma alternativa que elimina o acesso do setor público (empresas estatais, estados e municípios) aos depósitos em moeda estrangeira centralizados no Banco Central.

Ainda assim, o setor privado terá limitada a sua "atuação junto ao sistema do reempréstimo, já que, a partir de 1º de outubro, o Banco Central passará a fixar tetos mensais para a utilização dos recursos externos.

"Por consenso entre o Ministério da Fazenda e o do Planejamento, concluiu-se que o setor público necessitava de uma quarentena para se arrumar. A manutenção do acesso aos reempréstimos poderia prejudicar a política de controle fiscal e orçamentário

(Continua na página 20)

"RELENDING"

BC: "quarentena" para as estatais

26 AGO 1985

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília
(Continuação da 1ª página)

nesta fase de ajustamento interno", observou Carlos Eduardo de Freitas. Assim, frisou que o governo acabou estabelecendo com os credores internacionais o princípio de que o "relending" é um processo que deve estar sujeito aos objetivos macroeconômicos da política do País e adiantou que, já neste próximo mês, os técnicos da área econômica vão desencadear uma série de reuniões com vistas a estabelecer as prioridades que devem nortear a operação do "relending" durante a vigência da fase III da renegociação da dívida externa.

Freitas acha mesmo que poderá haver uma corrida dos bancos credores neste próximo mês, de modo a assegurar contratos de reempréstimo com o setor público (que normalmente vêm absorvendo 80% dos

recursos à disposição no Banco Central), antes que termine o prazo de 30 de setembro. Depois desta data, as estatais, estados e municípios passarão a contar apenas com os recursos externos que estão congelados no Banco Central, referentes à fase I da negociação externa, que caíram no Prorex — um fundo administrado pelo Banco do Brasil que cobre as prioridades do setor público para rolagem da dívida externa sempre que o interessado não conseguir tomar dinheiro pelo sistema do "relending".

TOMADORES

Dos US\$ 3 bilhões à disposição para reempréstimos da fase II, o diretor do Banco Central calcula que US\$ 700 milhões estejam já comprometidos em operações entre bancos internacionais e tomadores finais, enquanto outros US\$ 500 milhões envolvem operações que estão em fase de montagem entre as partes.